

Editorial

Prezadas leitoras e prezados leitores,

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal inaugura mais um ano de publicações, apresentando o seu primeiro número do volume 7, reafirmando a trajetória da RDPDF como espaço qualificado de produção e difusão do conhecimento jurídico comprometido com o acesso à justiça, a promoção dos direitos fundamentais e o fortalecimento institucional da Defensoria Pública. Ao longo de sua história, este periódico tem se consolidado como fórum plural de reflexão crítica, diálogo acadêmico e intercâmbio de experiências voltadas à concretização da dignidade humana.

Os artigos que compõem esta edição refletem a maturidade desse percurso editorial e a permanência de temas centrais à atuação defensorial, ao mesmo tempo em que dialogam com desafios contemporâneos do sistema de justiça. As contribuições abordam, sob diferentes perspectivas, a proteção de direitos em contextos de privação de liberdade, a formulação de políticas públicas voltadas a grupos vulnerabilizados, o aperfeiçoamento das garantias processuais no âmbito penal e a importância de práticas institucionais intersetoriais orientadas à emancipação e à cidadania.

Ao reunir análises teóricas, estudos de caso e experiências institucionais, este número evidencia o papel da Defensoria Pública como agente essencial na construção de respostas jurídicas mais sensíveis às desigualdades sociais, contribuindo também para a superação de modelos exclusivamente punitivistas ou fragmentados de atuação estatal. A diversidade temática e metodológica dos trabalhos reafirma o compromisso da RDPDF com uma abordagem crítica, interdisciplinar e socialmente referenciada do Direito.

O artigo *Execução penal e custos vulnerabilis: a importância de iniciativas defensoriais em prol dos direitos no cárcere*, de Júlia Rodrigues Cano, analisa o papel da Defensoria Pública na execução penal a partir da experiência do Projeto “Portas Abertas”, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, ressaltando a relevância de iniciativas institucionais voltadas à garantia do cumprimento digno da pena e à proteção de direitos fundamentais no cárcere.

Em *Fortalecendo a rede de proteção e empoderamento: o impacto do Dia da Mulher da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Soraia Sorice da Silva apresenta uma análise documental

do projeto Dia da Mulher da DPDF, evidenciando sua consolidação como política institucional de acesso a direitos e de fortalecimento de redes intersetoriais de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal.

Roberta Marina Cioatto, Ana Luisa Carvalho Gondim Barbosa e Ingrid de Alencar Grangeiro examinam criticamente a utilização do reconhecimento pessoal como prova penal, em *Reconhecimento pessoal como meio de prova: revisões criminais no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará diante do HC 598.886/SC*. A partir da análise de revisões criminais no TJCE, o estudo evidencia riscos associados à inobservância das formalidades legais e contribui para o debate sobre garantias processuais e prevenção de condenações injustas.

Na sequência, Krisley Queiroz de Souza Amorim e Etienne Baldez Louzada Barbosa, em *Tecendo redes: perspectiva de fortalecimento de ações intersetoriais nas medidas socioeducativas em meio aberto do Distrito Federal*, discutem a importância de práticas intersetoriais e pedagógicas no âmbito das medidas socioeducativas em meio aberto, apresentando experiências que rompem com o paradigma punitivista e promovem ações emancipatórias voltadas à cidadania de adolescentes.

A edição conta, ainda, com resenha científica dedicada à obra de relevo no campo do processo penal, contribuindo para o debate sobre o controle epistêmico da prova e o fortalecimento das garantias fundamentais no exercício da jurisdição penal. A seção de resenhas, como parte integrante da proposta editorial da revista, cumpre o papel de aproximar a comunidade jurídica de produções acadêmicas relevantes e de fomentar reflexões qualificadas sobre seus impactos teóricos e práticos.

Assim, Eraldo Silveira Filho, em *O processo penal como dispositivo probatório: a historicidade da doutrina do corpo de delito como condição para o controle epistêmico da jurisdição penal*, analisa a obra “A cadeia de custódia da prova no processo penal”, de Geraldo Prado, destacando a centralidade do controle epistêmico da prova penal e o papel da cadeia de custódia na preservação da presunção de inocência e na qualificação da jurisdição penal.

Ao abrir o calendário editorial de 2025, a RDPDF renova seu compromisso com a excelência acadêmica, a ética editorial e a valorização do trabalho de autoras, autores, pareceristas e da equipe editorial, cuja atuação é fundamental para a continuidade e o aprimoramento deste projeto institucional. Reafirma-se, dessa feita, o compromisso com a reflexão crítica, o fortalecimento institucional da Defensoria Pública e a promoção de um sistema de justiça mais democrático, garantista e sensível às desigualdades sociais.

Desejamos a todas e todos uma leitura proveitosa e convidamos a comunidade acadêmica e profissional a seguir acompanhando e contribuindo com as próximas edições da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal